

A história do CGT no Brasil ainda não é suficientemente conhecida pelos nossos trabalhadores. Dele muito se fala; cada um tem a sua estória para contar; poucos, no entanto, conhecem os méritos e os descertos da experiência real do COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES. Hoje, é importantíssimo para o movimento sindical brasileiro e para quantos se acham empenhados na luta contra a atual estrutura que nos oprime, conhecer, de fato, o processo do seu desenvolvimento. O desemprego que estamos enfrentando, os limites da organização sindical, a perspectiva do instrumento da greve geral como forma de os trabalhadores se fazerem ouvir, a formação de uma CENTRAL DE TRABALHADORES, tudo isso foi enfrentado por muitos naquele período. O necessário, agora, é buscarmos no passado o que nos guie, a todos, para o futuro. Aí, o valor essencial deste livro, contribuição inêdita, séria, crítica, fruto de uma pesquisa profunda empreendida por LUCÍLIA DE ALMEIDA NEVES, para o Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da UFMG.

Editora VEGA S.A.

CGT NO BRASIL DE 61 A 64

Lucília de Almeida Neves

# CGT

# NO BRASIL

1961 - 1964

## Lucília de Almeida Neves



VEGA

Apresentação de  
Luís Inácio da Silva (Lula)

Editora VEGA S.A.  
Rua Guajajaras, 178 - 30 000 Belo Horizonte, MG  
*Todos os direitos reservados*

Capa: Marcelo Xavier  
Composição: Técnica

Neves, Lucília de Almeida

C.G.T. no Brasil, 1961-1964 / Lucília de Almeida Neves; prefácio de  
Luiz Ignácio da Silva (Lula). - Belo Horizonte: Vega, 1981.  
144p.

1. Movimento operário - Brasil - 1961/1964. 2. Sindicatos 1961/  
1964. I. Silva, Luiz Ignácio, pref. II. Título.

CDD - 323.32                      CDU - 323.33(81)  
331.88091                          331.881(81)

---

Ficha catalográfica preparada pela Escola de Biblioteconomia  
da Universidade Federal de Minas Gerais

*Dedico ao meu pai, General  
Roberto de Almeida Neves  
pela retidão de comporta-  
mento nos idos dos anos 60.*

## CAPÍTULO IV

### AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES E MANIFESTOS SINDICAIS NO INÍCIO DOS ANOS 60

#### 1 — O Movimento Sindical e o Conteúdo de suas Reivindicações

No presente capítulo pretendemos demonstrar que o movimento sindical no início dos anos 60 desenvolve lutas concretas que visavam à melhoria das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora brasileira, enumerando uma série de reivindicações que incluíam desde questões como salários e jornada de trabalho, questões ligadas às condições de vida como abastecimento, casa própria, inquilinato, controle da inflação, passando por questões políticas e econômicas mais gerais, que gradativamente se tornaram o eixo principal destas propostas. O conteúdo destas reivindicações são opostos ao "modelo" econômico que vige no país, cujos principais aspectos são: internacionalização da economia com grandes empréstimos no estrangeiro e com investimentos de empresas multinacionais nos ramos mais dinâmicos da produção, ênfase na industrialização de bens de consumo duráveis e achatamento do salário real da classe trabalhadora,<sup>1</sup> política esta aplicada desde o governo Juscelino ainda nos anos 50.

Os tópicos mais amplos ligam-se à propostas e lutas pelas reformas de base, isto é, reforma agrária, reforma bancária, reforma urbana, reforma eleitoral e reforma fiscal, à luta pela nacionalização da economia através da encampação de indústrias de base e da exploração de riquezas minerais, à nacionalização de bancos, ao controle da remessa de lucros e ao fortalecimento da Petrobrás. O programa desenvolvido na greve geral de 5 de julho de 1962 é uma síntese desta tendência reivindicativa.

<sup>1</sup> Francisco de Oliveira em seu artigo "Crítica à Razão Dualista", desenvolveu com clareza o argumento de que o crescimento do PIB no governo JK aos índices de 114%, se deveu ao financiamento da economia brasileira por dois fatores principais: 1) Associação com o capital estrangeiro (principalmente pelo fornecimento de tecnologia), que acabou por criar um tipo de indústria voltada para o consumo das camadas mais altas da sociedade brasileira; 2) achatamento do salário real com aumento da exploração da força de trabalho que forneceu excedentes internos para acumulação.

- "1) Luta concreta e eficaz contra a inflação e a carestia, mobilizando todos os meios de transporte para condução de gêneros essenciais dos centros produtores para os consumidores, chegando-se, se necessário, até ao confisco dos estoques existentes.
- 2) Reforma agrária radical e, de imediato, reconhecimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.
- 3) Reforma urbana como única solução para o problema da casa própria.
- 4) Reforma bancária, com a nacionalização dos depósitos.
- 5) Reforma eleitoral, com direito de voto aos analfabetos, aos cabos e soldados das Forças Armadas e a instituição da cédula única para as eleições de 7 de outubro.
- 6) Reforma universitária e a participação de 1/3 de estudantes nas Congregações, Conselhos Departamentais e Conselhos Universitários.
- 7) Ampliação da atual política externa do Brasil, pela conquista de novos mercados, em defesa da paz, do desarmamento total e da autodeterminação dos povos.
- 8) Repúdio e desmascaramento da política financeira do Fundo Monetário Internacional.
- 9) Aprovação da lei que assegura o direito de greve, nos termos do projeto aprovado pela Câmara Federal, com as emendas propostas e já aprovadas pelos trabalhadores em suas conferências e congressos.
- 10) Encampação, com tombamento de todas as empresas estrangeiras que exploram os serviços públicos.
- 11) Controle da inversão de capitais estrangeiros no País e limitação da remessa de lucros.
- 12) Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.
- 13) Revogação de todo e qualquer acordo lesivo aos interesses nacionais.
- 14) Fortalecimento da Petrobrás com o monopólio estatal da importação de óleo bruto, da distribuição de derivados a granel, da indústria petroquímica e a encampação das refinarias particulares.
- 15) Medidas concretas e eficazes para o funcionamento da Eletrobrás.
- 16) Criação da Aerobrás, instituindo o monopólio estatal na aviação comercial.
- 17) Manutenção das atuais autarquias que exploram o transporte marítimo, assegurando-se-lhes o percentual de 50% das cargas transportadas, na importação e exportação, às embarcações mercantis nacionais.
- 18) Aprovação da Lei que institui o pagamento de 13<sup>o</sup> mês de salário"<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> In: MIGLIOLI Jorge. Como são feitas as Greves no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963, pp. 117 - 118.

O programa demonstra claramente como a ênfase principal das lutas sindicais concentra-se em questões mais amplas da vida nacional, sem que contudo se tivesse abandonado as reivindicações mais imediatas. Na realidade o movimento sindical procura intervir cada vez mais nos problemas políticos do país, tornando-se uma força inegável na realidade brasileira. A imagem da força e presença do sindicalismo na vida política brasileira, identificado inclusive por algumas correntes conservadoras como o "4º poder" acaba por provocar uma forte reação desses setores que tomam a iniciativa do golpe de 1º de abril. Esta imagem dos sindicatos deve-se principalmente à constante atuação de suas lideranças, aos movimentos de caráter de massa que empreendia e aos manifestos à nação por eles divulgados. Esta imagem não corresponde entretanto a um trabalho de organização das bases (como foi demonstrado no 2º capítulo), capaz de sustentar o alto nível de reivindicação desenvolvido. A ênfase em questões políticas e econômicas mais gerais tem como contrapartida mobilização eminentemente de caráter nacional, que se provocam a impressão de uma grande força do sindicalismo, não podem, contudo, ocultar sua fraqueza se tomarmos como referência a relação movimento sindical-trabalhadores.

#### A Evolução do Conteúdo das Reivindicações. As Questões Corporativas

As reivindicações sindicais no início dos anos 60 sofrem grande influência das análises desenvolvidas pelo PCB do que seriam as principais vias para a transformação e revolução social no país. A presença de um grande número de militantes desse partido (como foi demonstrado no capítulo anterior) nos quadros das entidades sindicais, principalmente nas federações sindicais e nas intersindicais, reforçam o peso desta influência, e como consequência a orientação predominante na prática diária destas entidades.

No início do ano de 1961 as lutas prioritárias do movimento sindical ainda se concentravam basicamente em reivindicações ligadas às condições imediatas de vida e trabalho da classe operária. É o que pode ser constatado através de um manifesto entregue por sindicalistas comerciários ao Presidente Juscelino em janeiro de 1961 já nos últimos dias do seu governo. Os principais pontos do manifesto propunham por:

- 1) Horário único rígido (8-18 hs) para funcionamento do comércio.
- 2) Cumprimento integral da semana inglesa.
- 3) Isenção de imposto de renda para as classes assalariadas cujos ordenados não sejam maiores do que 5 vezes o atual salário mínimo.
- 4) Efetivação e cumprimento da Lei que criou assentos para balconistas.
- 5) Alteração da CLT adaptando-a às reais necessidades dos trabalhadores.
- 6) Estabelecer que a parte fixa dos trabalhadores que percebem o salário mínimo (salário e comissões) não seja inferior em nenhuma hipótese, ao atual salário mínimo.

- 7) Regulamentação urgente e democrática do direito de greve.
- 8) Construção de restaurantes populares (SAPS) nos centros de maior densidade demográfica operária.
- 9) Participação efetiva e imediata dos empregados nos lucros das empresas.
- 10) Aposentadoria aos 25 anos para a mulher comerciária.
- 11) Prorrogação da Lei do inquilinato.
- 12) Gratificação obrigatória de Natal para todos os comerciários (13º salário).
- 13) Férias de 30 dias corridos.
- 14) Indenização "post-mortem" para a família do trabalhador, proporcional ao tempo de serviço.
- 15) Reforma agrária<sup>3</sup>.

Como se pode observar, as principais reivindicações tratam de assuntos ligados a interesses imediatos da categoria comerciária sendo que a questão política mais ampla af aparece somente de forma marginal; o inverso disso é que caracteriza os últimos anos do governo João Goulart.

Outro documento de grande importância que evidencia esta tendência do período são as resoluções constantes da Carta de Princípios elaborada no "II Encontro Sindical Nacional", cujo conteúdo mais amplo trata de questões trabalhistas, tais como, salário e previdência social, embora já faça alguma referência à questão agrária, principalmente no que diz respeito à sindicalização dos trabalhadores agrícolas. Em seguida reproduziremos uma síntese dessas resoluções:

- 1) **Política salarial:** propugnar pela atualização dos atuais níveis de salário-mínimo, que foram considerados inteiramente superados, diante da elevação do custo de vida nos últimos três meses. Reivindicam ainda os trabalhadores, no tocante a salários, a instituição do salário-profissional e do abono de Natal, este último objeto de projeto já apresentado na Câmara dos Deputados.
- 2) **Escala móvel de salário:** solicitar à Câmara que pare a tramitação de qualquer projeto sobre a escala móvel de salário, a fim de possibilitar aos trabalhadores e sindicalistas a discussão do assunto, sobre o qual não tiveram ainda a oportunidade de opinar, debater ou sugerir.
- 3) **Contrato coletivo:** apoiar quaisquer medidas que visem ao incremento dos contratos coletivos de trabalho, que desde há muito constituem uma aspiração de diversas categorias profissionais, já lutando pela sua instituição.
- 4) **Direito de Greve:** mais uma vez a posição dos trabalhadores foi contrária ao que chama "famigerado" Decreto-Lei número 9.070, encarecendo a necessidade de ser imediatamente regulamentado o Direito de Greve, cujo projeto de lei está atualmente no Senado Federal.
- 5) **Previdência Social:** confiar no sistema colegiado instituído pela

<sup>3</sup> UH (RJ) 27-01-61, p. 7.

Lei Orgânica, bem como assumir posição contrária a todo ato ou iniciativa que indiquem interferências políticas na esfera dos órgãos da Previdência Social.

- 6) **Sindicalismo:** assumir posição de vigilância para garantia de liberdade e autonomia sindical, bem como reivindicar a sindicalização para o funcionalismo público e apoiar a realização do I Congresso Brasileiro do Trabalhador Rural, a ser efetuado em Belo Horizonte, no mês de outubro vindouro.
- 7) **Custo de vida:** reconhecimento de que a Instrução 204, conquanto possa ter influência no equilíbrio orçamentário e saneamento da moeda, concorreu muito para a elevação do custo de vida, necessitando pois ser contrabalançada por medidas complementares simultâneas, a fim de minorar os sacrifícios dos assalariados.
- 8) **Reivindicações gerais:** solicitar ao Congresso Nacional a prorrogação da Lei do Inquilinato e a aprovação da Lei antitruste.
- 9) **Entidades sindicais no campo:** que sejam criadas em todas as entidades sindicais comissões de ajuda e assistência aos trabalhadores rurais, uma vez que ainda não estão com suas entidades devidamente reconhecidas; que o próximo congresso de lavradores e trabalhadores rurais conte com a participação das entidades sindicais e trabalhadores<sup>4</sup>.

Estas resoluções demonstram que o sindicalismo embora ainda preocupado com as questões específicas ao movimento sindical, já começa a esboçar uma série de propostas mais gerais. Estas se exprimem em críticas à política econômica do governo, especialmente à "Instrução 204 da SUMOC" considerada como responsável pela alta no custo de vida e em propostas de organização nacional dos trabalhadores e em entidades de classe, com referência especial aos trabalhadores do campo até então não incluídos na legislação trabalhista. Estas propostas despertam sérias preocupações nos grupos dominantes que, com o esboço de organização dos trabalhadores no campo, veem sua hegemonia ameaçada por um movimento popular que tende a se fortalecer. Essa tendência se torna mais clara quando as organizações sindicais rompem os limites da cidade e penetram no campo.

Este espectro de ameaça à hegemonia dos setores dominantes provoca a articulação de uma aliança dos grandes proprietários rurais, da burguesia nacional e internacional e dos militares, na organização de um processo de reação ao crescimento dos movimentos populares. Esta aliança colhe seus frutos no golpe de abril de 1964, que funciona como um obstáculo definitivo ao desvendar de um processo reivindicativo tal qual vinha sendo desenvolvido desde o início dos anos 60.

No início de 1961, os trabalhadores discutem algumas questões referentes à redução da jornada de trabalho para 6 horas. Como reflexo dessa discussão chega a ser elaborado um projeto de lei pelo Deputado do PTB Sérgio Magalhães, dando a seguinte redação ao Art. 58 da CLT: "a duração normal do

trabalho para os empregados em qualquer atividade privada não excederá de 6 horas diárias"<sup>5</sup>. Este projeto conta com grande apoio dos sindicalistas que se expressam favoravelmente a ele em especial através da CPOS (Comissão Permanente das Organizações Sindicais). Tal proposta vem corroborar nosso argumento de que o nível de reivindicações populares naquela conjuntura atinge um limite incompatível com o modelo de desenvolvimento adotado no país, já que este modelo, como afirma Chico de Oliveira, tem como uma das vertentes para a acumulação de capital, uma alta taxa de exploração da força de trabalho. A redução da jornada de trabalho, sem dúvida, significaria uma retração nesta taxa de exploração, o que é prontamente rejeitado pelos setores empresariais.

Mesmo outras reivindicações tais como contrato coletivo de trabalho, constantes aumentos salariais e 13º salário transformam-se a curto prazo em restrições ao crescimento da taxa de lucro das empresas, provocando nos detentores do capital um sentimento de intranquilidade para a sequência de seus investimentos. Este clima vivido pelas classes dominantes é decorrente não só do conteúdo das reivindicações dos trabalhadores como também da instabilidade e crise institucional provocada por suas mobilizações que funcionam como denúncia à não participação nas vantagens do denominado "pacto populista"<sup>6</sup>.

Outra mostra do conteúdo predominante nas reivindicações deste período está no temário da "IIª Convenção Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito", que inclui os seguintes pontos:

- 1) **Condições de trabalho:** fiscalização das leis trabalhistas; defesa da lei das seis horas e do horário corrido; contrato coletivo de trabalhador; salário profissional.
- 2) **Problemas nacionais:** fortalecimento das organizações sindicais; revogação do Decreto 9.070; direito de greve.
- 3) **Previdência Social:** defesa da Previdência Social e estudo dos planos a serem adotados pelo IAPB<sup>7</sup>.

Estes três pontos confirmam o que constatamos anteriormente, ou seja: nos primeiros dois anos da década de 60 predominam reivindicações econômicas e trabalhistas mais específicas. Essa tendência no entanto se inverte na própria dinâmica de crescimento do movimento sindical no período.

### As Questões Políticas

No ano de 1961 o movimento sindical dá seus primeiros passos em direção do predomínio de reivindicações e manifestações políticas e econômicas mais gerais. O episódio que leva a uma das primeiras manifestações eminente-

<sup>5</sup> UH 21-03-61, p. 2.

<sup>6</sup> "A crise que se gesta, repita-se, vai se dar ao nível das relações de produção de base urbano-industrial e terá como causa a assimetria da distribuição dos ganhos da produtividade e da expansão do sistema. Ela decorre da elevação à condição de contradição política principal da assimetria assinalada: serão as massas trabalhadoras urbanas que denunciarão o pacto populista já que sob ele, não somente não participavam dos ganhos, como viam deteriorar-se o próprio nível da participação da renda nacional que já haviam alcançado". In: OLIVEIRA, Francisco. *Idem*, *ibidem*.

<sup>7</sup> UH (RJ) 08-05-61, p. 15.

<sup>4</sup> UH (BH) 22-05-61, p. 2.

mente política por parte dos sindicatos, é a repressão ordenada pelo governo sobre estudantes e operários no Recife, quando um grande número de manifestantes favoráveis à reforma agrária são presos. O acontecimento gera um clima de apreensão no país. Organizações populares e setores democráticos protestam contra o acontecimento. Em manifesto divulgado à nação a CPOS assume posição em defesa dos manifestantes e das liberdades democráticas:

“Ao povo e aos trabalhadores do Estado da Guanabara: as medidas repressivas contra estudantes e trabalhadores no Recife e noutras cidades do NE, tomadas pelo governo da república, com a invasão de escolas, sedes sindicais, prisão de estudantes, de trabalhadores, de dirigentes sindicais e de políticos; ocupação de redações de jornais e suspensão de sua circulação precedida de censura às estações de rádio, serviram de advertência ao País e ao povo brasileiro.

Todos em nosso País sentiram a necessidade de lutar contra a coação, o cerceamento às liberdades públicas e a violação dos princípios e garantias constitucionais. Os protestos contra a violência e o arbítrio ali praticadas, bem como a solidariedade dos estudantes e trabalhadores da ação unitária de todo o povo em defesa e manutenção de um clima de democracia e liberdade. Somente com democracia, liberdade e respeito aos direitos constitucionais é que os trabalhadores e povo podem reivindicar os seus direitos.

Diante desses acontecimentos e para que eles não se repitam, e nem tornem a ameaçar as liberdades democráticas, a inviolabilidade das organizações populares e sindicais, os órgãos de imprensa e as estações de rádio e TV, para que se assegure de fato o direito de reunião e de greve, nós reunidos na ABI, dirigimo-nos a todo o povo, aos trabalhadores, às organizações sindicais e populares, aos parlamentares e partidos políticos, para que permaneçam vigilantes em defesa de todas as prerrogativas, da integridade e da autonomia das organizações sindicais, devendo manterem coesos em torno da legalidade democrática”. a) A diretora executiva da CPOS<sup>8</sup>.

Este manifesto, além de ser uma clara defesa das prerrogativas democráticas, constitui-se em um protesto contra a “violência conservadora” que, segundo os sindicalistas, é uma forma de obstar as reivindicações dos trabalhadores.

No entanto o evento que provoca a maior mobilização dos trabalhadores naquele ano, é a renúncia de Jânio Quadros à presidência da república. À atitude do político segue-se forte mobilização de setores conservadores das forças armadas e do empresariado contra a posse do vice-presidente João Goulart<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> UH (RJ) 22-06-61, p. 8; CM 22-06-61, p. 7.

<sup>9</sup> “O Presidente Provisório, Ranieri Mazzilli, comunicou ao Congresso a 28 de agosto que os militares se opunham à posse do Vice-Presidente Goulart na Presidência da República. Por razões de segurança nacional Mazzilli fez a declaração depois de uma reunião na manhã de 28 em Brasília, com o Ministro da Guerra, Denys, da Marinha, Sílvio Heck, e o da Aeronáutica, Gabriel Grun Moss. Denys afirmando na véspera que se opunha à filosofia governamental de Goulart disse que havia chegado a hora de escolher entre o comunismo e o Brasil”. In: YOUNG, Jordan. Brasil 1954 - 1964; Fim de um Ciclo Civil. Rio, Nova Fronteira, 1973.

Imediatamente as forças populares se organizam para defender uma posição oposta. O episódio da renúncia de Jânio Quadros, além de ter unificado vários setores da população em torno de objetivos comuns para a defesa da legalidade contra a posição dos militares, provoca também a união de vários sindicatos em torno de uma grande mobilização grevista em defesa intransigente das conquistas até então alcançadas pelos trabalhadores. No esteio desse movimento que durou até a posse de João Goulart na presidência surge o intersindical CGG.

Na ocasião vários manifestos são lançados por entidades sindicais cujo conteúdo fundamental é: respeito à democracia, defesa da legalidade, protesto contra a prisão de líderes sindicais e contra a interdição das sedes de sindicatos e conclamação de uma greve geral em defesa da posse de João Goulart. Entre eles:

**Federação Nacional dos Gráficos:** “Vamos parar o Brasil, qualquer tentativa de solução extra-legal para a crise política que atravessamos provocará imediata reação das classes trabalhadoras com a deflagração de uma greve nacional, não haverá força capaz de impedir o protesto das classes trabalhadoras que será ordeiro e pacífico”.

**Diretoria do Sindicato dos Bancários da GB:** “Não estamos em estado de sítio, nenhuma garantia constitucional foi legalmente suspensa ... enganam-se os que pensam que o sindicato são as paredes, as máquinas e os utensílios de nossa sede. Isso tudo poderá ser interdito pela arbitrária vontade dos que usam ilegítimamente do poder contra o povo, mas o verdadeiro sindicato, o sindicato unidade, o sindicato ação, o sindicato consciência, o sindicato determinação, este sindicato indomável – é a classe bancária organizada e consciente que cedo ou tarde sairá vitoriosa da luta, como vitorioso será o povo brasileiro, na defesa de sua soberania e dos preceitos constitucionais ...”<sup>10</sup>.

**Funcionários Públicos de MG:** “Os servidores públicos por suas entidades representativas, cónscios do importante papel que representam na sociedade ... afirmam:

- 1) o seu mais fiel respeito às tradições democráticas do povo brasileiro e ao acatamento da vontade do povo demonstrado nas urnas;
- 2) a sua firme posição pró-legalidade, em particular em defesa da constituição;
- 3) o seu repúdio às detenções arbitrárias de cidadãos brasileiros, apelando às autoridades pelo respeito às mais rudimentares noções de democracia e liberdade”<sup>11</sup>.

Após estas manifestações, que contam com grande apoio da população<sup>12</sup> e em seguida à posse do presidente João Goulart as manifestações e reivindicações sindicais adquiriram um caráter crescentemente político. As reivindicações

<sup>10</sup> UH (RJ) 31.08.61, p. 8.

<sup>11</sup> UH 04-09-61, p. 5.

<sup>12</sup> “Uma pesquisa de opinião pública realizada no antigo estado da GB revelou que 81% dos eleitores apoiavam a sucessão legal, 10% favoreciam o acordo parlamentar, que afinal acabou vingando, e apenas 2% desejavam a remoção de Goulart de seu posto (JB 02-09-61, p. 1). In: ERICKSON, Kenneth. Ob. cit. p. 146.

ecorômicas imediatas ou corporativas passam a um 2º plano em relação às propostas políticas mais gerais. Dentre estas a questão agrária adquire um lugar de destaque, consubstanciado na proposta de reforma agrária, que se torna a principal bandeira de luta das entidades sindicais mais combativas do período.

Uma das mais significativas manifestações pela reforma agrária ocorre com a realização do Congresso Nacional Camponês em novembro de 1961 em MG. Como resultado do encontro difunde-se por todo o país o seguinte slogan: **"Reforma agrária já. Reforma agrária na Lei ou na marra"**. A proposta de reforma agrária tem como pano de fundo a concepção de que, para se ampliar o mercado interno, necessário ao desenvolvimento de um "capitalismo nacional", é fundamental uma mudança nas condições de produção e distribuição das propriedades agrícolas<sup>13</sup>. Esta medida, se adotada, contribuiria para alterar a composição da demanda, "redistribuindo a renda pessoal", criando, portanto, possibilidades para a rentabilidade dos investimentos<sup>14</sup> como também gerando condições para a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores do campo e da cidade.

#### A Crise Política de Setembro de 1962 e a Luta por Um Governo "Nacionalista e Democrático"

A instabilidade política no ano de 1962 reflete-se em seguidas crises de gabinete, agravadas ainda mais pela pressão dos setores populares, especialmente do movimento sindical. O episódio da crise de setembro deste ano, quando os trabalhadores deflagram a batalha pela realização do plebiscito, demonstra o alto grau de politização que adquire o movimento sindical, através de suas entidades de cúpula. A luta pelo fim do Parlamentarismo decorre da compreensão por parte destes sindicatos de que somente através de um governo presidencialista é que se poderiam gerar as condições necessárias à implementação das reformas de base.

A análise à respeito da necessidade de se criar condições para a execução imediata das reformas de base e de um programa de nacionalização da economia encontra-se em vários manifestos sindicais, como aquele lançado, durante o episódio da crise, pela CNTI, CONTEC, CPOS, Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos, Federação Nacional dos Estivadores, Federação Interstadual dos Trabalhadores do Ensino, Federação Nacional dos Jornalistas e outras:

"Nós dirigentes sindicais, cômicos de nossas responsabilidades como representantes da maior parcela e a mais ativa na construção da riqueza nacional, declaramos que as causas da crise brasileira não estão

sendo colocadas em seus devidos lugares. Nosso povo e os trabalhadores não podem ser apenas levados à luta em torno de bandeiras como o plebiscito e a delegação de poderes.

Certos de que representamos o sentimento e as aspirações da maioria dos civis e militares, de todo o povo brasileiro, reivindicamos que a opção diante da crise seja em torno de problemas candentes e decisivos para o futuro da nacionalidade, o desenvolvimento independente de nossa Pátria e o bem-estar para o nosso povo.

A opção ao nosso ver, deve ser: a favor ou contra as liberdades democráticas e sindicais; a favor ou contra a manutenção e extensão do congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade; a favor ou contra os especuladores, os beneficiários da miséria; a favor ou contra a encampação dos frigoríficos estrangeiros e das concessionárias estrangeiras dos serviços públicos que, como acontece agora, no Estado do Rio, racionam a luz e força estancando o nosso desenvolvimento econômico; a favor ou contra a aprovação urgente da lei de controle de remessa de lucros; a favor ou contra a extensão do monopólio estatal do petróleo à área de distribuição; a favor ou contra a elevação de níveis de salários-mínimos e reajustamento de todos os salários, soldos e vencimentos; a favor ou contra a liquidação dos privilégios usufruídos pelas empresas imperialistas em detrimento da indústria nacional e dos interesses do nosso povo; a favor ou contra a constituição de um Governo nacionalista e democrático.

Tendo em conta que todo o poder emana do povo e em seu nome tem de ser exercido, somos favoráveis a uma consulta popular, porém declaramos à Nação que as medidas que o povo reivindica não dependem, fundamentalmente, dessa consulta.

Como dirigentes da classe operária, temos o dever de alertar os trabalhadores que, por si só, sem conteúdo social e econômico, o plebiscito não dará solução nenhuma aos problemas que afligem ao nosso povo. Tanto assim, que o ilustre Dr. João Goulart, Presidente da República e com quem lutamos ombro a ombro há muitos anos, deve vir a público assumir o compromisso de organizar um Governo nacionalista e democrático, caso o povo lhe devolva, pelo plebiscito, o poder que lhe foi furtado em consequência do conluio entre os entreguistas e inimigos da Pátria. . . ."<sup>15</sup>

Como se pode perceber, os sindicalistas já colocam com bastante clareza a opção de desenvolvimento econômico que queriam para o país. Questões como aumento salarial, necessidade de se regulamentar o abastecimento e se congelar os preços dos produtos de 1ª necessidade são enumerados junto com propostas de democratização da vida nacional através de uma política nacionalista principalmente nos setores básicos da economia, do controle da remessa de lucros e da "liquidação" dos privilégios usufruídos pelas empresas imperialistas em detrimento das empresas nacionais. As reformas de base e em especial a reforma agrária são pontos fundamentais desta opção política pela "democracia" e pela

<sup>13</sup> A burguesia brasileira assim se estruturou, umbilicalmente ligada ao latifúndio e subordinada às finanças internacionais que manipulavam as transações de café, principal fonte de divisas do País. O industrial e o fazendeiro eram como irmãos xipófagos. E até, o mais das vezes, se confundiam numa só pessoa. Daí sua incapacidade para promover a revolução agrária, ponto de partida na escola do desenvolvimento capitalista (...) BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973, p. 189.

<sup>14</sup> Este argumento é desenvolvido por TAVARES, M. Conceição. In: ob. cit.

<sup>15</sup> UH (RJ) 10-08-62, p. 2.

“emancipação da pátria”, o que em outras palavras significa a defesa de um desenvolvimento capitalista autônomo.

Outros três manifestos lançados por entidades sindicais na ocasião da crise, confirmam bem estas conclusões, que podem ser sintetizadas na seguinte colocação feita por líderes sindicais: “Estamos convencidos de que a crise política econômica e social é consequência da estrutura obsoleta de nosso País e da dominação do imperialismo e do latifúndio ...”<sup>16</sup>.

Eis a íntegra destes manifestos:

“Aos Trabalhadores e ao Povo

A Comissão Executiva do IV Congresso Sindical do Estado de Minas Gerais, diante da atual conjuntura nacional, traz ao conhecimento de todos os companheiros trabalhadores de qualquer categoria profissional e do Povo em geral, que ficou deliberada pelo Comando Geral dos Trabalhadores, na Guanabara, a deflagração de uma greve geral caso até o próximo dia 15 deste mês não sejam atendidas as seguintes reivindicações mínimas dos trabalhadores e do povo:

- 1) plebiscito, através do qual se fixe o atual sistema parlamentarista;
- 2) revogação da Lei de Segurança Nacional;
- 3) reforma da Lei Eleitoral;
- 4) direito de voto para os analfabetos e soldados;
- 5) aumento de 100% no salário com manutenção da hierarquia salarial para os demais trabalhadores;
- 6) a aprovação do projeto-lei que regulamenta o direito de greve, conforme projeto originário da Câmara;
- 7) imediato enquadramento e readaptação de todos os funcionários públicos independentemente de estudos do DASP;
- 8) reforma agrária radical, com distribuição de terra e meios aos camponeses;
- 9) rejeição do Projeto de reformas bancárias de autoria da Comissão Especial do Congresso;
- 10) delegação de Poderes ao Conselho de Ministros para as reformas indicadas necessárias à emancipação econômica do Brasil;
- 11) congelamento imediato dos gêneros de primeira necessidade”<sup>17</sup>.

“Trabalhadores do Brasil

Cumprindo as decisões do IV Encontro Sindical Nacional e da reunião do Comando Geral dos Trabalhadores determinamos a greve em todo o território do nosso País, em defesa das nossas reivindicações e direitos aprovados nessas assembléias nacionais. O povo brasileiro não pode mais suportar as aflições e angústias causadas por uma minoria de inimigos de nossa emancipação que no Parlamento, em postos da administração de nosso País, são insensíveis ao sofrimento de nossas famílias vítimas da desenfreada carestia de vida, dos salários

baixos e agora, também, das consequências de contínuas e prolongadas crises políticas. Nos levantamentos em defesa das liberdades democráticas e pela constituição de um governo nacionalista e democrático para realizar as reformas de base por nós exigidas. Lutamos pelo programa mínimo: plebiscito no dia 7 de outubro; revogação da Lei de Segurança; reforma eleitoral, sem discriminação de candidaturas e votos para analfabetos e soldados; aumento de 100% no salário-mínimo e manutenção da hierarquia salarial, para os trabalhadores; aprovação da Lei de Greve conforme projeto originário da Câmara; imediato enquadramento e readaptação dos funcionários públicos independentes de estudo do DASP; reforma agrária radical que dê terras aos camponeses; rejeição do projeto de reforma bancária de autoria da Comissão Especial e todas as demais necessárias à emancipação econômica do País; congelamento imediato dos preços de primeira necessidade; aprovação do salário-família. Esta luta não é apenas da classe trabalhadora. É a de todo o povo brasileiro e dela participamos, no cumprimento de um dever patriótico. Daí conclamamos a lutarmos, unidos, trabalhadores, camponeses, estudantes, intelectuais, militares, servidores do Estado, donas-de-casa, enfim o povo em geral, em defesa de nossos direitos e pelos supremos interesses de nossa Pátria. O Comando Geral se dirige a todos os trabalhadores do Brasil, recomendando que a volta ao trabalho só se dará sob as ordens expressas e oficiais do Comando Geral dos Trabalhadores. Unidos, firmes, mobilizados, tornemos a nossa greve vitoriosa em defesa de nossa Pátria e de nosso povo. Rio, 14 de setembro de 1962. Pelo Comando Geral dos Trabalhadores; Dante Pelacani – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; Humberto Menezes Pinheiro – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito; Alfredo Pereira Nunes – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos; Oswaldo Pacheco da Silva – Federação Nacional dos Estivadores; Felipe Ramos Rodrigues – Federação Nacional dos Portuários; Raimundo Castelo de Souza – Federação Nacional dos Marítimos; Severino Naino Schaipp – Federação Nacional dos Arrumadores; Raphael Martelli – Federação Nacional dos Ferroviários; José Oliveira – União dos Portuários do Brasil; Othon Canedo Lopes – Sindicato Nacional dos Aeroviários; Paulo de Santana Machado – Sindicato Nacional dos Aeronautas; Newton Eduardo de Oliveira – Federação Nacional dos Gráficos; Hércules Corrêa dos Reis – Comando Permanente das Organizações Sindicais da Guanabara”<sup>18</sup>.

Estes manifestos têm como ponto central a luta por reformas institucionais, cujo objetivo seria a transformação do sistema político em uma nova estrutura aberta a uma participação popular mais “ampla e efetiva”, através da exten-

<sup>16</sup> UH 15-08-62, p. 3.

<sup>17</sup> UH (BH) 13-09-62, p. 2.

<sup>18</sup> UH (RJ) 15-09-62, p. 8;  
CM 15-09-62, p. 7;  
JB 15-09-62, p. 5.

são do direito de voto aos analfabetos e soldados. Como também uma “democratização” das condições de produção e distribuição através da ampliação da cesta de consumo dos trabalhadores e de nacionalização da economia.

### A Volta ao Presidencialismo e Acentuação do Conteúdo Político das Reivindicações

Com a realização do plebiscito em janeiro de 1963 e com a aprovação da volta ao presidencialismo, o CGT, devido a sua grande atuação na campanha política pelo “não” ao parlamentarismo, sente-se fortalecido para poder fazer com maior vigor suas exigências reformistas ao presidente João Goulart, cobrando seu compromisso pelas reformas de base e por um governo nacionalista. Em janeiro, logo após o resultado do plebiscito, o CGT lança um manifesto ao povo brasileiro e ao presidente da república, congratulando-se pela volta ao presidencialismo e lembrando as exigências dos trabalhadores de um governo democrático, que deveria contar com a participação mais efetiva da classe operária na direção da política nacional. O conteúdo desse manifesto é de grande importância pois demonstra a intenção dos trabalhadores de superarem segundo alguns dirigentes sindicais, os “estritos limites da luta salarial” e de influir efetivamente nas grandes decisões nacionais. Eis parte desse manifesto:

“É necessário levar à completa derrota os preconceitos em relação à participação direta da classe operária na solução dos graves problemas nacionais, desmascarando os democratas de fachada, que só têm louvores para a intensa atividade política das entidades sindicais de empregadores e vivem, ao mesmo tempo, a clamar pelo encerramento da vida dos sindicatos de trabalhadores nos estritos limites da luta salarial. A participação consciente e organizada dos trabalhadores na vida política do país é irreversível, ninguém pode mais impedi-la...”<sup>19</sup>

Desde então o desenvolvimento da luta sindical sob a liderança do CGT em torno de questões nacionais se faz cada dia mais presente. Quando do anúncio do Plano Trienal, vinte e seis dirigentes do CGT, reunidos em São Paulo, elaboraram um manifesto que analisa a crise política e econômica de acordo com o seguinte argumento: a alta do custo de vida e a desvalorização do salário pela inflação relaciona-se com a política de favorecimento ao capital internacional e aos grandes proprietários agrícolas. O documento propõe como solução a reforma agrária, o controle da remessa de lucro, a redução das subvenções aos latifundiários e a ampliação da política econômica nacionalista. É interessante notar que, neste documento, como em grande parte dos manifestos lançados pelo CGT, não se faz referência alguma à questão organizativa da classe trabalhadora, à necessidade de seu fortalecimento através de organizações autônomas capazes de garantir as conquistas da classe e de influir efetivamente para a realização das reformas propostas.

O que se percebe é que a ênfase na luta por questões políticas mais am-

plas, apesar de ter tido uma grande repercussão na vida nacional, não chega a contribuir efetivamente para a organização dos trabalhadores. O diagnóstico da necessidade de se proceder a reformas mais profundas na estrutura nacional não é acompanhado de uma política sindical de organização das bases capaz de sustentar a própria luta por estas reivindicações.

Eis parte do manifesto do CGT, lançado por ocasião do Plano Trienal:

“Brasília, 5 (UH) — O Presidente da República recebeu às 9,00 horas de hoje, em seu gabinete no Palanito, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), integrado por 26 líderes trabalhistas de todo o País, dirigentes que são de doze comandos estaduais.

O encontro teve por finalidade a entrega ao chefe da Nação do Manifesto do CGT examinando a conjuntura brasileira e fixando a posição dos operários.

.....  
— Companheiros:

Ao lado de todas as forças patrióticas e progressistas, os trabalhadores vêm exigindo mudanças profundas na vida do País. Sob a bandeira das reformas de base e da luta por um governo nacionalista e democrático, realizamos as greves gerais de cinco de julho a quatorze de setembro do ano passado, que tiveram o apoio vigoroso de milhares de patriotas civis e militares contra as manobras reacionárias da maioria parlamentar. Sob esta bandeira fomos em massa às urnas, a seis de janeiro, e dissemos NÃO ao Ato Adicional, contribuindo vigorosamente para derrotar as forças retrógradas, na esperança de que as causas do atraso, da miséria e do analfabetismo, fossem enfrentadas, porque só assim será possível melhorar as condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral. Isto significa a defesa dos supremos interesses da Nação. É isto que os trabalhadores reclamam agora do Poder Legislativo e do Poder Executivo, sem delongas.

Entretanto, o Ministério organizado pelo Presidente João Goulart não pode inspirar confiança aos trabalhadores e ao povo. Embora nele figurem personalidades dignas de respeito por sua atuação nacionalista e democrática, expressa ainda uma política de conciliação com as cúpulas partidárias ligadas a interesses antinacionais e antipopulares.

Com o resultado vitorioso do plebiscito, criaram-se condições mais favoráveis para novas conquistas no terreno do bem-estar do povo, do progresso e da emancipação do País. Mas, para que sejam efetuadas estas conquistas, para que se realizem as reformas profundas reclamadas pela Nação, é necessário novo Governo com uma nova política voltada para os interesses nacionais e populares.

Reafirmamos, por isso, a posição assumida no IV Encontro Sindical Nacional, realizado em São Paulo, em agosto do ano passado: somos pela realização imediata das reformas de base, pela constituição de um governo nacionalista e democrático, livre de homens comprome-

<sup>19</sup> UH (BH) 12-01-63, p. 4.

tidos com os tristes, e os grupos reacionários ...”<sup>20</sup>.

A presença mais efetiva do movimento sindical no cenário político do país, segundo análise do próprio CGT, estimula a articulação das forças conservadoras, que só seriam derrotadas com a efetivação das reformas de base. “A movimentação nas áreas golpistas representadas dentro do próprio governo, visando a enquadrar o presidente João Goulart numa política francamente direitista e de oposição às correntes nacionalistas e democráticas, é um dos fatores que nos levou a pensar na simplificação de nosso programa de lutas, tornando-o capaz de favorecer ao rápido e necessário agrupamento e fortalecimento das forças que se batem pelo atendimento das suas reivindicações específicas e pela realização, no plano geral, das reformas de base indispensáveis à emancipação econômica, política e social do país”. Portanto, relaciona-se conquista das reformas de base com derrota das forças conservadoras. Por esta análise as propostas reformistas se transformam na estratégia escolhida para a luta sindical. O programa do CGT apresentado no início de 1963 demonstra seus objetivos de atuação, diante destas questões:

- trabalhadores;
- 2) conquista de uma lei determinando que nenhum trabalhador aposentado perceba benefício inferior ao salário-mínimo regional;
- 3) conquista de aumento de 70% para os servidores civis e militares;
- 4) reforma agrária;
- 5) aplicação rigorosa da Lei que disciplina a remessa de lucros;
- 6) defesa intransigente das liberdades sindicais e democráticas – combate à ação dos gorilas civis e militares”<sup>21</sup>.

Como se pode perceber por esse programa, a luta sindical, em virtude da articulação dos grupos conservadores, havia adquirido um caráter de resistência anti-golpista que daí para frente estará presente em todas as suas manifestações. A luta nacional continua superando as reivindicações mais imediatas<sup>22</sup>, mas o recurso a propostas econômico-corporativas, apesar de não ser considerado fundamental pela liderança, ainda está presente, mesmo que de forma marginal.

### A Revolta dos Sargentos e a Polarização das Forças

A revolta de 600 sargentos ocorrida em Brasília representa a penetração das reivindicações populares no seio das forças armadas. O movimento funciona aos olhos dos setores militares mais conservadores como ameaça à hierarquia mili-

<sup>20</sup> UH (BH) 06-02-63, p. 2.  
CM 06-02-63, p. 6.

<sup>21</sup> UH (RJ) 22-04-63, p. 7.

<sup>22</sup> Em entrevista à autora realizada em agosto de 1979, o ex-presidente do CGT Dante Pelacani fez a seguinte afirmativa ao se referir ao conteúdo das reivindicações dentro do período e à superação da luta imediata pela luta política: “... eu acho que a luta política superou a luta mais imediata. Talvez neste sentido é que algum dia devamos fazer uma autocrítica... A autocrítica deve ser feita neste sentido, se nós deveríamos dosar a luta política com as reivindicações imediatas e mais do alcance do nível político da classe operária.”

tar, o que contribui para acentuar o grau de polarização de forças na vida política nacional<sup>23</sup>. A revolta é precedida por uma grande polêmica em torno da questão do direito de cabos e sargentos serem eleitos ou votarem para preenchimento das vagas de cargos públicos. Em julho de 1963, os sargentos lançam um manifesto contendo questões da seguinte ordem: custo de vida, direito de participação política dos soldados, anti-imperialismo e luta contra “as forças golpistas”. O conteúdo anti-golpista do manifesto evidencia claramente a articulação das forças reacionárias e a percepção desta articulação, pelo menos a nível do discurso, pelas forças populares.

Eis algumas passagens do manifesto:

“Existe um fato novo na história brasileira, que é a participação dos sub-oficiais, sub-tenentes e sargentos das forças armadas no movimento de libertação da nossa pátria e porque? Porque nós nos consideramos povo e somos oriundos das camadas mais sofridas da população e apesar de vestirmos farda, somos cidadãos sujeitos a sofrer e a refletir as conseqüências sociais como qualquer outro cidadão...”

“... é o povo brasileiro que vem a público dizer alto e bom som que somos todos iguais perante a fome. A elite reacionária que não abre mão de seus privilégios e que infelizmente está infiltrada em todos os setores da administração do país, como conseqüência da filiação com as forças imperialistas, representadas pelo FMI e seus agentes nativos, que nos foi imposta pelo atual governo, já se articula contra nós e alguns dessa elite têm a ousadia de nos apresentar ao público como perturbadores da ordem”.

“... advertimos as forças da reação e do golpismo para que não tentem reviver 1954 e 1961, porque se isto fizerem terão desta vez que nos encarar de frente como vanguarda e sentinela que somos do nosso povo. A este povo afirmamos: quando a ameaça de um golpe tentar concretizar-se no país, aí então iniciaremos a nossa marcha e o rufar dos nossos tambores confundir-se-á com o material das oficinas, e a canção da nossa luta será inspirada no chorar desesperado das crianças famintas do nordeste...”<sup>24</sup>.

Ainda dentro do clima sempre crescente de polarização de forças, os Diários Associados desfraldam uma forte campanha de críticas a Leonel Brizola, tendo como objetivo principal difundir junto à população um clima contrário às campa-

<sup>23</sup> “A tensão e a desconfiança política entre as forças radicais e conservadoras aumentou depois que Leonel Brizola fez um apelo no dia 14 de setembro, através da estação de rádio Mayrink Veiga no Rio de Janeiro, em apoio aos sargentos. Brizola declarou que a FMP (Frente de Mobilização Popular), a UNE (União Nacional dos Estudantes); e o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) defenderiam o direito dos Praças Graduados a ocupar cargos públicos”. In: YOUNG, Jordan M. ob. cit. p. 177.  
Foi exatamente pela posição assumida pelos sargentos ao lado das lutas populares, que se herdado o golpe os militares de mais alta patente assumiram a “Ordem do dia” e recolheram as armas que estavam nas mãos dos sargentos e cabos. Informação prestada por Rafael Martinelli.

<sup>24</sup> UH (BH) 13-05-63, p. 4;  
CM 13-05-63, p. 3.

nhas populares pelas reformas de base e pelo anti-imperialismo. Em resposta a esta campanha, a Frente de Mobilização Popular, da qual faz parte o CGT, lança uma nota em todos os grandes jornais na qual além de firmar posição em torno das bandeiras das reformas de base para alteração "das estruturas arcaicas e anti-sociais do país, do anti-imperialismo e de se oporem à política creditícia do governo, manifestam sua total solidariedade ao parlamentar Leonel Brizola"<sup>25</sup>.

A posição da FMP também reflete a linha reformista que as lutas populares passam a adotar como prioritárias. Estas propostas reformistas se traduzem na identificação pelos líderes populares da melhoria das condições de vida do trabalhador com a conquista de reformas de base<sup>26</sup>, e também com a oposição sistemática ao capital internacional, através de uma aliança com a burguesia nacional<sup>27</sup>.

O episódio do estado de sítio em outubro de 1963, também demonstra esta estratégia. Na oportunidade o CGT lança um manifesto em que fixa um programa de "lutas fundamentais do povo brasileiro":

- 1) Defesa das liberdades democráticas contra qualquer tentativa de implantação do Estado de Sítio; direito de voto aos soldados, marinheiros, cabos e analfabetos, pela elegibilidade de todos os eleitores, sem quaisquer discriminações;
- 2) apoio decidido à aprovação da emenda que garante o direito de serem eleitos os sargentos e os cabos das forças armadas. Anistia ampla e irrestrita, beneficiando soldados, marinheiros, cabos, sargentos e demais processados por crime político;
- 3) reforma agrária, com efetiva distribuição das terras dos latifundiários aos camponeses, através da ação imediata do poder executivo; apoio decidido à campanha dos camponeses na sua luta pela posse da terra, modificação na Constituição Federal no problema da distribuição da terra, pelos reflexos benéficos que trará a toda população do país com o aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores rurais e o conseqüente incremento da produção industrial e das atividades comerciais, redundando, assim, na maior produtividade da nação;
- 4) regulamentação imediata da Lei da Remessa de Lucros das empresas estrangeiras e nacionalização das concessionárias de serviços públicos, moinhos, frigoríficos e indústria farmacêutica; intervenção no mercado de gêneros alimentícios;
- 5) ampliação do Monopólio Estatal do Petróleo com encampação

<sup>25</sup> UH (BH) 03-07-63, p. 2;  
CM 03-07-63, p. 7.  
JB 03-07-63, p. 8.

<sup>26</sup> "Sem as reformas de base não haveria condições para se melhorar a vida dos assalariados e dos trabalhadores do campo". Entrevista de Dante Pelacani à autora.

<sup>27</sup> Em entrevista à autora, o Sr. Dante Pelacani fez a seguinte afirmação: "no que diz respeito à aliança com outros setores da população surgiu a estratégia de aliança com a burguesia nacional algum tempo antes do golpe, porque o CGT notou que a burguesia nacional estava muito assustada com os movimentos sindicais, e nós queríamos demonstrar para ela que o objetivo principal ao combatermos o imperialismo era o seu próprio fortalecimento. Não se instalando no país as indústrias do imperialismo, a tendência normal seria a indústria nacional progredir".

das refinarias particulares e entrega a Petrobrás da distribuição de todos os seus produtos;

6) rigorosa seletividade do crédito em benefício do povo;

7) realização de uma reforma bancária progressista, tributária, urbana, monetária, universitária, eleitoral e administrativa"<sup>28</sup>.

Neste documento do CGT as lutas nacionais dominam por completo as propostas da entidade. Esta se coloca cada vez mais como uma organização política que procura ter peso na definição dos rumos do país. Sua atitude contribui para o crescimento de "uma mobilização popular que, embora muitas vezes dependesse da iniciativa do Estado, tendia a superar os limites institucionais vigentes"<sup>29</sup>, na medida em que se torna inaceitável pelos setores conservadores uma possível participação efetiva de trabalhadores nos órgãos de decisão do país.

#### A Ampliação da Luta Política do CGT em 1964

As principais reivindicações dos trabalhadores no ano de 1964 são assim definidas por Riani: "nós estávamos numa luta muito grande, com várias reivindicações, com muita garra, com muita combatividade e com a situação muito tensa. Então nós já estávamos praticamente exigindo do governo a questão da reforma agrária, pois nós achávamos que já tinha chegado a hora de resolver este problema. Foi justamente em março de 1964 que conseguimos com o presidente que fosse decretada a reforma agrária. E no dia 13 de março foi realizada uma grande concentração no Rio de Janeiro com todas as lideranças sindicais... Também nesta época reivindicávamos a encampação das refinarias particulares de petróleo: Manguinhos, Capuava, etc..."<sup>30</sup>.

A declaração do ex-presidente do CGT demonstra claramente a orientação adotada pelo movimento sindical na conjuntura do pré-golpe. A presença ativa do CGT na vida política nacional, a ameaça constante de greve nacional em oposição a "qualquer avanço das forças anti-democráticas", o lançamento quase diário de manifestos e a permanente realização de comícios, tornam a situação cada vez mais alarmante para as forças conservadoras ligadas ao latifúndio e ao grande capital, que passam a desenvolver uma política de cooptação das classes médias através da difusão de um "terror psicológico anti-comunista"<sup>31</sup>.

A situação torna-se mais crítica segundo estes setores, devido à existência de governos estaduais como o de Pernambuco, cuja atuação é próxima do

<sup>28</sup> UH (BH) 03-10-63, p. 2.

<sup>29</sup> WEFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 78.

<sup>30</sup> Entrevista de Clodsmidt Riani a *Em Tempo* nº 61.

<sup>31</sup> "... esse terror consistia sobretudo em: 1) apresentar o comunismo como um regime de terror em que os burgueses e anticomunistas seriam todos fuzilados; 2) o Brasil seria dominado por uma república sindicalista em que operários brutos e analfabetos estariam mandando; 3) as igrejas seriam fechadas; 4) todas as terras seriam desapropriadas..." In: BASBAUN, Leôncio. História Sincera da República; 1961 - 1967, vol 4. São Paulo, Alfa Ômega, 1977, p. 113.

ideário defendido pelo movimento sindical. Diante deste quadro os militares propõem o afastamento do governador. Na defesa deste governo, em março de 1964, o movimento sindical através de suas principais inter-sindicais, lança notas de apoio a Miguel Arraes e ao povo pernambucano<sup>32</sup>. As notas contêm defesas claras das conquistas trabalhistas e mais que tudo caracterizam uma oposição das entidades sindicais ao golpe que claramente se articula.

Mas a posição totalmente política do CGT, inclusive por pressão dos fatos, se dá com a realização do comício do dia 13 de março no qual Jango assina o Decreto da SUPRA, que representa o primeiro passo decisivo para a reforma agrária e no qual é anunciada a adoção de uma série de medidas para a melhoria das condições de vida das classes populares.

Apesar das principais medidas anunciadas pelo governo não serem basicamente reformistas, mas sim propostas de atenuação imediata das condições de vida dos trabalhadores, o êxito do comício é grande. Os decretos de tabelamento dos alugueis, dos "que criaram os sapatos populares, os tecidos populares e os que fixaram preços de remédios nos rótulos, como ainda aquele que disciplinou o uso de livros escolares, todas estas medidas tiveram maior repercussão favorável ao governo do que toda a polêmica no sentido das reformas de base e da substituição das velhas e arcaicas estruturas"<sup>33</sup>.

Estes decretos, ao acenarem para a adoção de uma política econômica mais popular, oposta ao modelo econômico voltado para a produção mais sofisticada e destinada às camadas altas da população funcionam como estopim para a articulação geral do golpe<sup>34</sup>. Ao mesmo tempo que induzem a um posicionamento do CGT, expresso nos manifestos da entidade, lançados na véspera e um dia após o golpe, tais manifestos que propõem uma resistência do movimento sindical ao avanço dos militares entretanto não têm a repercussão esperada. Já no dia seguinte ao golpe rompem-se as organizações sindicais que conduzem o movimento operário no período.

São dois os manifestos finais do CGT, ambos tendo como conteúdo a defesa da democracia e das conquistas populares e um alerta aos trabalhadores para resistirem ao golpe:

"O CGT e todas as forças populares responderão por todos os meios a qualquer tentativa de golpe, que vise enfraquecer a autoridade do presidente Goulart para atingir seu mandato. Aos golpistas civis e militares advertimos que a classe trabalhadora brasileira não permitirá nenhum entrave na caminhada que já iniciamos pela conquista das reformas sugeridas na mensagem presidencial e pela imediata constituição de um governo nacionalista e democrático. Nesta luta contamos com a maioria do povo brasileiro integrada de civis e militares

<sup>32</sup> CM 04-03-64, p. 10.

<sup>33</sup> JUREMA, Abelardo. Sexta Feira 13; os últimos dias do governo João Goulart. Rio de Janeiro, Edição Cruzeiro, p. 55.

<sup>34</sup> No dia seguinte ao comício, a classe produtora lançou um documento com o seguinte conteúdo: oposição ao governo e às organizações sindicais que ameaçam a tradição de serena convivência democrática do país, anti-comunismo, oposição à utilização da greve "como aliciamento ostensivo à desordem, em reivindicações comandadas quase sempre por organismos espúrios" - UH 14-03-64, p. 4.

patriotas. Preparados e unidos os trabalhadores barrarão o golpe e exigirão as reformas de base..."<sup>35</sup>.

"Fiel ao compromisso de defesa das classes que representa, e diante dos últimos acontecimentos políticos verificados no país em consequência das atitudes assumidas pelo Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. João Goulart, em benefício do povo brasileiro, como sejam: decreto do SUPRA, tabelamento dos alugueis, encampação das refinarias, combate aos especuladores e, principalmente, a mensagem presidencial ao Congresso para a votação imediata das reformas de base necessárias ao progresso do país, o CGT defendendo a autoridade e o mandato do presidente da república em face dos seus atos positivos, que possam atender às aspirações do nosso povo e de acordo com a resolução do CGT, alerta aos trabalhadores para permanecerem vigilantes e mobilizados em condições de atenderem a qualquer momento à palavra de ordem de seus respectivos sindicatos, caso seja necessária a deflagração da greve geral"<sup>36</sup>.

Estes manifestos finais continuam afirmando as propostas reformistas e as decisões de cúpula que marcam o movimento sindical do período. Neste sentido, podemos dizer que a insistência neste tipo de reivindicação e de prática traz como resultado o que Weffort afirma ser a "tragédia do movimento operário de 1945-1964". Esta se encontra, segundo o autor, menos no atraso da classe operária do que em sua subordinação, através das lideranças, às junções da política nacional<sup>37</sup>. A prática sindical daquelas lideranças não gera condições para a real organização dos trabalhadores como "classe para si", enveredando por uma política muito mais voltada para a relação sindicato-Estado, através das propostas políticas mais gerais, do que voltada para relação sindicato-fábrica ou local de trabalho.

<sup>35</sup> UH (RJ) 31-03-64, p. 2.  
CM 31-03-64, p. 7.

<sup>36</sup> UH (RJ) 31-04-64, p. 3.

<sup>37</sup> WEFFORT, Francisco. "Democracia e movimento operário". In: *Revista de Cultura e Política* nº 1, São Paulo, CEDEC, 1979, p. 17.

Brasileira, 1970.

WEFFORT, Francisco. "Democracia e Movimento Operário: Algumas Questões para a História do Período (1945-1964)". In: *Revista de Cultura Contemporânea*, nº 1. São Paulo, CEDEC, 1978.

WEFFORT, Francisco. *História Crítica ou História Ideológica*. São Paulo, 1974 (mimeo).

———. "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil; A Conjuntura do Após-Guerra". In: *Estudos CEBRAP*, nº 4. São Paulo, CEBRAP, 1973.

———. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio, Paz e Terra, 1978.

YOUNG, Jordan. *Brasil 1954-1964; Fim de um Ciclo Civil*. Rio, Nova Fronteira, 1973.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	IX
INTRODUÇÃO .....	11
Objetivos do Trabalho .....	12
A Crise Institucional – Propostas de Análise .....	13
O conteúdo das Mobilizações Populares .....	18
A Situação do Movimento Sindical na Conjuntura da Crise – Propostas de Análise .....	19

## CAPÍTULO I

### A FORMAÇÃO DO CGT

Organismos Intersindicais antes dos anos 50 .....	25
As Experiências Intersindicais na Década de 50 .....	27
As Intersindicais nos anos 60 .....	27
Questões Fundamentais para Análise da Formação do CGT .....	28
O III.º Congresso Nacional e a proposta de criação do CGT .....	29
As Principais Mobilizações Sindicais em 1961 .....	31
O MEMORIAL .....	31
Passatas e Comícios .....	34

Greves — A Crise da CNTI e a Queda dos Ministerialistas. . . . .	36
As Principais Mobilizações Sindicais em 1962. . . . .	37
O IV Encontro Sindical Nacional e a Criação do CGT. . . . .	38
A Greve Política de Julho de 1962 e a Conquista do 13.º Salário . . . . .	39
Outros Acontecimentos Sindicais e Greve de Setembro de 1962. . . . .	40
A Campanha pela volta do Presidencialismo . . . . .	41
As Principais Mobilizações Sindicais em 1963. . . . .	42
A Oposição Sindical ao CGT pela ala Conservadora do Sindicalismo . . . . .	44
Greves. . . . .	45
A Crise do Estado de Sítio e a Ligação do CGT com Goulart . . . . .	46
A Campanha pelo Aumento do Salário Mínimo. . . . .	47
As Principais Mobilizações Sindicais em 1964. . . . .	48
A Eleição da CNTI. . . . .	49
Novas Mobilizações Sindicais e o Aumento do Salário Mínimo. . . . .	50
Comícios e Reações dos Grupos Conservadores. . . . .	51
O Golpe e o Final do CGT. . . . .	53

## CAPÍTULO II

### O CGT: SUAS RELAÇÕES COM A ESTRUTURA SINDICAL E COM AS BASES

O CGT e a Estrutura Sindical Brasileira: Contradição e Complementariedade . . . . .	58
As Bases Legais da Estrutura Sindical Brasileira. . . . .	59
Unicidade/Pluralidade Sindical. . . . .	60
As Propostas dos Sindicalistas para a Organização de uma Central de Trabalhadores . . . . .	63
Outras Instituições da Estrutura Sindical e a Posição do CGT. . . . .	68
O Direito de Greve e a Posição do CGT . . . . .	70
O CGT e os Trabalhadores. . . . .	71
A Prática do CGT e seu Relacionamento com as Bases . . . . .	72

## CAPÍTULO III

### O PARTIDO COMUNISTA E O COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES

A Luta pelas Reformas de Base e por um Governo Nacionalista e Democrático. . . . .	79
Proposta de Frente Democrática e de Aliança com a Burguesia Nacional . . . . .	87
A PARTICIPAÇÃO DO PCB NO MOVIMENTO SINDICAL DO INÍCIO DOS ANOS 60. . . . .	90
As Propostas de Luta Sindical do PCB. . . . .	92

## CAPÍTULO IV

### AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES E MANIFESTOS SINDICAIS NO INÍCIO DOS ANOS 60

O Movimento Sindical e o Conteúdo de suas Reivindicações . . . . .	100
A Evolução do Conteúdo das Reivindicações. As Questões Corporativas. . . . .	102
As Questões Políticas. . . . .	105
A Crise Política de Setembro de 1962 e a Luta por Um Governo “Nacionalista e Democrático” . . . . .	108
A Volta ao Presidencialismo e Acentuação do Conteúdo Político das Reivindicações. . . . .	112
A Revolta dos Sargentos e a Polarização das Forças . . . . .	114
A Ampliação da Luta Política do CGT em 1964 . . . . .	117

## CAPÍTULO V

### AS PRINCIPAIS GREVES NO GOVERNO JOÃO GOULART E A ORGANIZAÇÃO DO CGT

Introdução. . . . .	120
Notas Teóricas . . . . .	121
A Greve da Crise da Sucessão e o Embrião do CGT . . . . .	122
O Desenrolar da Greve . . . . .	123
A Greve em Oposição à Posse de Auro de Moura Andrade . . . . .	125
A Greve Geral pelo Plebiscito. . . . .	128
A Greve dos 700 mil em São Paulo . . . . .	131
A TENTATIVA DE GREVE GERAL EM RESISTÊNCIA AO GOLPE . . . . .	134
Conclusão . . . . .	136
CONCLUSÃO GERAL. . . . .	140
Periódicos e Fontes Consultadas. . . . .	144
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA. . . . .	145

## QUADROS

Quadro I . . . . .	55
Quadro II. . . . .	63
Quadro III. . . . .	65
Quadro III-A . . . . .	71
Quadro IV. . . . .	93
Quadro V. . . . .	128
Quadro VI. . . . .	133
Quadro VII . . . . .	140